



ESTRATÉGIA PARA A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS GENÉTICOS DE PLANTAS MEDICINAIS EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA

Iane Brito Tavares⁽¹⁾

Eng.^a Ambiental, M. Sc. Produção Vegetal/Professora do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA/Campus Conceição do Araguaia.

Claudione Pereira Damas Silva

Graduanda em Tecnologia em Gestão Ambiental - IFPA/Campus Conceição do Araguaia.

Isaete Maura Pereira Viana

Graduanda em Tecnologia em Gestão Ambiental - IFPA/Campus Conceição do Araguaia.

Joelma Machado Moreira

Graduanda em Tecnologia em Gestão Ambiental - IFPA /Campus Conceição do Araguaia.

Endereço⁽¹⁾: Av. Dom Sebastião Tomás, número 1450, casa 01, Setor Universitário, Conceição do Araguaia/Pará, CEP 68540-000. Fone: (94) 9215-2040. e-mail: iane.tavares@ifpa.edu.br

RESUMO

A procura por plantas medicinais como fonte de medicamentos tem crescido expressivamente nos últimos anos. Mas a utilização desta flora medicinal vem ocorrendo de forma desordenada, o que poderá favorecer a perda da biodiversidade. O aumento crescente no uso de plantas também tem despertado o interesse de formular estratégias para conservação e manutenção destes recursos medicinais. No Estado do Pará, em especial na cidade de Conceição do Araguaia, as ações voltadas para conservação e manutenção destas plantas são isoladas e restritas a residência de alguns moradores. Sem mencionar que a grande maioria das plantas cultivadas na região carece de um sistema produção padronizado para garantir o valor terapêutico da espécie. Por isso o objetivo deste trabalho foi implantar um horto de plantas medicinais, visando à conservação e manutenção dos recursos genéticos medicinais, e acesso da população local a recursos genéticos certificados quanto o valor terapêutico. As atividades estão sendo realizadas seguindo as seguintes etapas: 1ª etapa: Implantação do Horto de Plantas Medicinais no IFPA-Campus Conceição do Araguaia; 2ª etapa: Produção de mudas de 5.000 (cinco mil) mudas de plantas medicinais; 3ª etapa: Doação das mudas para comunidade local. Atualmente a etapa que vigora é a segunda. No horto foram inseridas 10 (dez) espécies de plantas medicinais e 60 (sessenta) mudas estão disponíveis para doação. Espera-se que a implantação do horto seja o primeiro passo na implantação de novos hortos, incentivo para conservação e manutenção destes recursos genéticos, assim como criação de uma cadeia produtiva de plantas medicinais.

PALAVRAS-CHAVE: Horto medicinal, biodiversidade, propagação vegetal.

INTRODUÇÃO

Desde as primeiras civilizações qualquer vegetal produtor de substância biologicamente ativa era utilizado na fitoterapia. A simples observação dos recursos naturais com propriedades terapêuticas deu início aos estudos e aplicações mais efetivas para a população, principalmente a partir do século XVIII, com o surgimento das ciências agregadas (YAMAMOTO, 2006). Nos últimos anos a demanda por medicamentos à base de plantas medicinais vem crescendo mundialmente. Nos países desenvolvidos, como alternativa mais saudável, ou menos danosa, de tratamento. Nos países em desenvolvimento, como resultado do não acesso aos medicamentos farmacocômicos (FREITAS, 2007), aliado ao seu baixo efeito colateral.

Vale ressaltar que o valor farmacêutico e econômico das plantas medicinais e aromáticas é determinado pelos compostos químicos “princípios ativos” que elas produzem. Entretanto, o objeto do cultivo dessas espécies é um produto (folha, flor, raiz, inflorescência) que contém princípios ativos num teor adequado, cujo primeiro passo reside na identidade botânica, manutenção de uma coleção de espécies medicinais (banco de germoplasma), manejo e na avaliação da influência dos fatores ambientais sobre o rendimento desses princípios ativos.

Por ser uma atividade pouco mecanizada e geradora de oportunidades de trabalho que podem ser planejadas e distribuídas ao longo do ano, o cultivo dessas espécies pode representar um componente importante no sistema produtivo de pequenas propriedades no estado. Além disso, a aprovação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos através do Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006 e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, que prever e estimula o tratamento com Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Sistema Único de Saúde – SUS (Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006, do Ministério da Saúde), constitui um incentivo ao mercado interno dessas espécies sem precedentes na história do país.

Neste novo cenário o primeiro passo é a disponibilização de recursos genéticos validados cientificamente e diversificado, tanto para fins de conservação deste patrimônio, quanto o estabelecimento de medicamentos fitoterápicos originados a partir da determinação do real valor farmacológico de preparações de uso popular, à base de plantas medicinais.

O aumento crescente no uso de plantas como fonte de medicamentos também tem despertado o interesse de inúmeros países em formular estratégias para o uso e conservação dos seus recursos medicinais. No Brasil, por exemplo, em função da rica diversidade e diferentes graus de conhecimento acerca das espécies, a conservação de plantas medicinais requer o emprego de todas as estratégias para conservação que sejam disponíveis. Entre as estratégias de manutenção dos recursos genéticos destaca-se: a conservação *in situ* e *ex situ*. A conservação *in situ* ocorre quando as plantas são conservadas dentro de seus habitats naturais em reservas e áreas protegidas e a conservação *ex situ* significa que as plantas são conservadas fora do seu habitat natural onde são utilizadas sementes, plantas, partes de plantas, tecidos ou células que são conservadas em ambiente artificial (BIODIVERSIDADE BRASILEIRA, 2002).

As plantas medicinais podem-se conservar dentro (*in situ*) ou fora (*ex situ*) dos seus habitats, dependendo do que se pretenda fazer com eles. Escolher uma ou outra alternativa, oferece vantagens e desvantagens. Conservar *ex situ*, por exemplo, é uma alternativa segura e viável já que permite manter duplicados dos mesmos espécimes/acessos/entradas durante diferentes períodos e em diversos tipos de amostra, e facilita o acesso ao germoplasma para estudo ou distribuição. Mas, conserva somente as combinações gênicas existentes num dado momento, podendo interromper a evolução e co-evolução que geram nova diversidade. Além disso, pode afetar a expressão normal das características dos recursos conservados.

Uma alternativa seria conservar as plantas combinado *in situ* e *ex situ*. Desta forma seriam aproveitadas as vantagens de uma metodologia para compensar as desvantagens da outra. Trata-se de uma alternativa mais efetiva, segura, duradoura, flexível, econômica e biologicamente sustentável, do que utilizar qualquer das duas alternativas individualmente.

A segurança e a qualidade das plantas medicinais e produtos acabados é outra grande preocupação para as autoridades de saúde das indústrias farmacêuticas e ao público (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2007). O emprego correto de plantas para fins terapêuticos pelos serviços de saúde pública requer o uso de plantas medicinais selecionadas por sua eficácia e segurança terapêutica, uma vez que a qualidade do fitoterápico é influenciada pela qualidade do material vegetal obtido.

No Estado do Pará, a Política Estadual de Plantas Medicinais e Fitoterápicos encontra-se ainda em fase de formulação. E a crescente utilização desta flora vem ocorrendo de forma desordenada, o que poderá favorecer a perda da biodiversidade local. Na cidade de Conceição do Araguaia-PA, as ações voltadas para conservação e manutenção destas plantas são isoladas e restritas a residência de alguns moradores. Sem mencionar que a grande maioria das plantas cultivadas na região carece de um sistema produção padronizado para garantir o valor terapêutico da espécie. Também é necessário o estabelecimento de parâmetros para o manejo dessas plantas, levando em conta os aspectos ecológicos e genéticos para evitar o extrativismo predatório, que poderá levar à extinção da flora medicinal local.



Figura 1: Horto de plantas medicinais do IFPA/Conceição do Araguaia-PA. 2011.

Paralelo à multiplicação das plantas matrizes, 60 (sessenta) mudas de boldo chinês foram produzidas via estaquia e estão disponíveis para doação. A figura 2 mostra as mudas de boldo chinês.



Figura 2: Mudanças de boldo chinês.



II Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental

Espera-se que a implantação do horto além de conservar e manter as espécies medicinais tornar-se-á um local de apoio para fornecimento de matrizes na implantação de novos hortos e incentivo a criação de uma cadeia produtiva de plantas medicinais na região.

CONSIDERAÇÕES

Embora a estratégia apresentada não seja diferente daquela utilizada para as demais culturas, a implantação do horto de plantas medicinais foi o primeiro passo para a conservação dos recursos genéticos medicinais e promoção do acesso da população local ao horto. É importante enfatizar que a conservação de plantas medicinais, em função da rica diversidade e diferentes graus de conhecimento acerca das espécies, requer o emprego de todas as estratégias disponíveis para conservação destes recursos medicinais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BIODIVERSIDADE BRASILEIRA. *Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.
2. FREITAS, A. *Estrutura de mercado do segmento de fitoterápicos no contexto atual da indústria farmacêutica brasileira*. 2007. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/estudo_fitoterapicos.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2009.
3. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *WHO guidelines on good manufacturing practices (GMP) for herbal medicines*. France: WHO Press, 2007. 92 p.
4. YAMAMOTO, P. Y. Interação genótipo x ambiente na produção e composição de óleos essenciais de *Lippia alba* (Mill.) N. E. Br. 2006. *Dissertação* (Agricultura Tropical e Subtropical) - Instituto Agrônomo, Universidade de São Paulo, Campinas, 2006.